

***A opinião pública de Walter Lippmann:
o papel da imprensa na sociedade moderna***

**Walter Lippmann's *public opinion*:
the role of the press in modern society**

***La opinión pública de Walter Lippmann:
el papel de la prensa en la sociedad moderna***

Otávio Daros

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – RS – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0738-8207>

Endereço currículo Plataforma Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5315541348632385>

E-mail: otavio.daros@gmail.com

Resumo: Completando um século, *Opinião pública* (1922) mantém-se como obra referencial no campo acadêmico da comunicação e do jornalismo. Empreendemos, neste artigo, estudo de caráter bibliográfico para revisar e analisar as contribuições dadas por Walter Lippmann. Quatro linhas de estudo são desenvolvidas por nós: 1º Lippmann como jornalista e seu legado para as práticas profissionais, a exemplo do ideal de objetividade; 2º como intelectual liberal engajado na reflexão crítica da dinâmica democrática, opondo-se aos regimes totalitários; 3º como pensador do papel da imprensa na sociedade moderna; e 4º como contribuidor para as teorias do jornalismo.

Palavras-chave: Walter Lippmann. Opinião pública. Imprensa.

Abstract: Completing a century, *Public opinion* (1922) remains a reference work in the academic field of communication and journalism. In this article, we undertake a bibliographical study to review and analyze the contributions made by Walter Lippmann. We develop four lines of study: 1st Lippmann as a journalist and his legacy for professional practices, like the ideal of objectivity; 2nd as a liberal intellectual engaged in critical reflection on democratic dynamics, opposing totalitarian regimes; 3rd as a thinker of the role of the press in modern society; and 4th as a contributor to journalism theories.

Keywords: Walter Lippmann. Public opinion. Press.

Resumen: Cumpliendo un siglo, *La opinión pública* (1922) sigue siendo una obra de referencia en el campo académico de la comunicación y el periodismo. En este artículo realizamos un estudio bibliográfico para revisar y analizar las contribuciones de Walter Lippmann. Desarrollamos cuatro líneas de estudio: 1º Lippmann como periodista y su legado para las prácticas profesionales, siguiendo el ejemplo del ideal de objetividad; 2º como intelectual liberal comprometido en la reflexión crítica sobre las dinámicas democráticas, oponiéndose a los regímenes totalitarios; 3º como pensador del papel de la prensa en la sociedad moderna; y 4º como colaborador de teorías periodísticas.

Palabras clave: Walter Lippmann. Opinión pública. Prensa.

1 Lippmann, um jornalista liberal

Walter Lippmann (1889–1974) foi uma figura intelectual de destaque na história moderna dos Estados Unidos. Escreveu mais de uma dezena de livros, entre eles: *A preface to politics* (1913), *Drift and mastery* (1914), *Liberty and the news* (1920), *The phantom public* (1925), *The good society* (1937), *The Cold War* (1947), sendo especialmente reconhecido pelo legado presente na obra *Public opinion* (1922).

Trata-se de uma obra não estritamente sobre jornalismo, mas, na verdade, de reflexão sobre o papel ocupado pela imprensa na sociedade moderna. Ao mesmo tempo, serviu como matéria fundamental para aqueles acadêmicos que trabalharam para consolidar o estudo sobre a comunicação de massa como disciplina e área acadêmica, inicialmente na universidade norte-americana, bem como de fonte inspiradora para aqueles que procuraram teorizar o jornalismo.

Antes, entretanto, cabe informação biográfica sobre o autor: Lippmann foi dos mais importantes jornalistas de seu tempo. Nas palavras de Michael Schudson (1978, p. 151), estamos falando do “porta-voz mais sábio e vigoroso do ideal de objetividade”, alguém que inspirou futuros jornalistas e colaborou, de forma geral, para a profissionalização da atividade na história norte-americana.

Lippmann não só trabalhou ao longo da vida no ofício jornalístico, como recebeu o Prêmio Pulitzer em dois momentos: em 1958, sendo destacado por sua atuação como colunista no jornal sindical *Today and Tomorrow*, e depois em 1962, por seu trabalho de reportagem, ao entrevistar o ex-primeiro-ministro soviético Nikita Khrushchov, em 1961.

Há que acrescentar ainda seu importante papel como comentarista político:

Militante socialista nos anos de juventude, criou o Harvard Socialist Club quando era estudante de filosofia e língua na Universidade de Harvard. Em 1912, trabalhou na campanha eleitoral do Partido Progressista, que conduziu Theodore Roosevelt à presidência dos Estados Unidos. Grande adversário do comunismo, Lippmann abandonou o socialismo em 1916 quando filiou-se ao Partido Democrata. Seu trabalho como assessor político não se limitou ao âmbito nacional. Preocupou-se especialmente com as transformações geopolíticas geradas após os conflitos mundiais da época (concretamente, a escalada soviética e a revolução russa, assim como a Primeira Guerra Mundial). Membro da comissão norte-americana na Conferência de Paz de Paris (1919), participou na criação da Liga das Nações (BADIA; CLUA, 2008, p. 118).

Lippmann deve ser compreendido, nesse sentido, como um intelectual liberal, que se posicionou contra os regimes totalitários do comunismo, ao mesmo tempo que criticou a dinâmica mercantilista produzida pelos sistemas capitalistas. Ou seja, foi um intelectual de atitude liberal-crítica, que passou longe do papel de ideólogo. Entender essa postura adotada por Lippmann é chave para evitar confusões sobre o pensamento do autor, e compreender o modo com que ele analisou a sociedade moderna em pleno desenvolvimento nos Estados Unidos, em relação à formação da opinião pública.

De acordo com os homens que fundaram o governo, os cargos públicos eram considerados como uma espécie de propriedade, que não deveriam ser perturbados, e era indiscutivelmente sua esperança de que os cargos permaneceriam nas mãos de sua classe social. **Mas a teoria democrática tinha entre seus princípios-chave a doutrina do homem cidadão onipresente.** Portanto, quando as pessoas começaram a ver a Constituição como um instrumento democrático, era certo que a permanência no cargo pareceria ser não democrático (LIPPMANN, 2008, p. 266-267, grifo nosso).

Entende tanto o nascimento da democracia moderna quanto o desenvolvimento do processo industrial como fenômenos que se relacionam, na medida em que são reações contrárias aos governos monárquicos e aos regimes de forte regulação econômica, estabelecidos em períodos anteriores. Entretanto, tal transição histórica traz consigo implicações para as quais devemos dar atenção. É o caso do enfraquecimento das instituições, que vão da política à educação. São entidades pelas quais passam toda a vida pública dos cidadãos que formam uma sociedade, sendo, por isso, entidades responsáveis pela formação e manutenção da sua respectiva opinião pública.

Há perigo, como alerta Lippmann, quando uma classe específica expande seu poder a tal ponto que supera a importância de uma instituição, ou quando essa concentra poder suficiente para comandar uma instituição. Torna-se perigoso, pois a classe dominante detém o domínio do ambiente de formação e manutenção da opinião pública, podendo a sociedade inteira ser “administrada” conforme os interesses pessoais dessa. Os interesses pessoais, sendo privados, são por natureza contrários ao interesse público.

Para Lippmann, trata-se de uma classe “irresponsável, já que ela age sobre a informação que não é propriedade comum, em situações de que o amplo público não concebe, e que pode ser responsabilizada somente sobre o fato consumado” (LIPPMANN, 2008, p. 267). A teoria democrática, por sua vez, “ao falar em admitir que as opiniões autocentradas não são suficientes para prover boa governança, está envolvida em conflito perpétuo entre a teoria e a prática” (LIPPMANN, 2008, p. 267).

2 O papel da imprensa na formação da opinião pública

A tese defendida por Lippmann é de que, na sociedade moderna, a opinião pública é defeituosa, em parte, por culpa da imprensa. Acontece que as condições intelectuais de seus cidadãos não avançaram no ritmo imposto pela industrialização. Como instituição moderna, a imprensa, que é organizadora das opiniões públicas, em vez de ajudar a reverter este processo, muitas vezes, agrava a complexidade dos problemas e fecha as possibilidades de esclarecimento racional. Em uma sociedade ideal, defende ele, seria necessário alterar esta

lógica: “as opiniões públicas precisam ser organizadas para a imprensa e não pela imprensa” (2008, p. 42). Do contrário, a sociedade moderna é afastada do debate público esclarecido, e conduzida para os perigos da manipulação e administração.

São dois os aspectos que marcam a vida moderna: a pressa e a separação. Esta diz respeito às crescentes distâncias — primeiramente físicas, depois espirituais —, que separam os cidadãos e impedem o amadurecimento de relações produtivas entre eles. A falta de intimidade com o outro significa também a falta de conhecimento sobre ele. Em outras palavras, o autor entende a falta de tempo como premissa para o desconhecimento. Tal ignorância impede que nós ocupemos nossa cabeça com conhecimentos profundos, obviamente, frutos das relações verdadeiras, as quais foram fragilizadas ao longo da modernidade. Conseqüentemente, preenchemos esses espaços vazios com imagens estereotipadas, a partir de conhecimentos rasos, adquiridos nas relações supérfluas.

As mudanças geradas pela modernidade transformam nossa relação com o conhecimento, de diversas formas. Ao longo da história, o mundo do trabalho, por exemplo, favoreceu profissionais cada vez mais multifacetados. A constante aquisição de habilidades variadas, quase sempre obedecendo a uma lógica quantitativa, fez com que o trabalhador dedicasse menos tempo ao conhecimento especializado, e buscasse aprendizados mais genéricos e fragmentados. Nessa direção, não só geramos mais imagens estereotipadas das pessoas, mas também dos próprios objetos que compõem a nossa realidade:

As mais sutis e difundidas de todas as influências são aquelas que criam e mantêm o repertório de estereótipos. Conta-nos sobre o mundo antes de nós o vemos. Imaginamos a maior parte das coisas antes de as experimentarmos. E estas preconceções, a menos que a educação tenha nos tornado mais agudamente conscientes, governam profundamente todo o processo de percepção (LIPPMANN, 2008, p. 91).

A estereotipização é entendida, portanto, como um complexo processo simultaneamente mental e cultural, no qual nós definimos as pessoas e coisas antes de vê-las e conhecê-las de fato. Nesse processo, segundo Lippmann (2008, p. 85), “pegamos o que nossa cultura já definiu para nós, e tendemos a perceber aquilo que captamos na forma

estereotipada para nós por nossa cultura”. Seguindo essa leitura, nossos hábitos e gostos são resultados desse processo relativo a imagens sempre incompletas de “um mundo possível ao qual nós nos adaptamos” (2008, p. 96). Imagens essas que estão assentadas em bases emotivas, chamadas pelo autor de “fortalezas de nossa tradição”: atrás delas “podemos continuar a sentir-nos seguros na posição que ocupamos” (2008, p. 97).

Trata-se de um processo simultaneamente mental e cultural, porque responde à ordem emocional, e “precede o uso da razão; é uma forma de percepção, impõe certo caráter nas informações do nosso sentido antes que as informações atinjam a inteligência” (2008, p. 98). Para Lippmann, a estereotipização pode ser revertida por meio de experiências contraditórias, do choque com o novo, em ocasiões nas quais não temos resposta imediata nem prevista, isto é, em ocasiões nas quais não temos imagens estereotipadas a que recorrer. Surge daí a necessidade de buscarmos um pensamento que nos seja mais próprio, de racionalizarmos determinada experiência em busca de uma resposta, de fazermos um movimento de distanciamento da ordem emocional e aproximação da razão.

Nesse sentido, a imprensa deveria atuar de modo a auxiliar na busca desse pensamento crítico, proporcionando-nos algumas dessas novas e contraditórias experiências, por meio de notícias e outros bens culturais que mais tivessem a intenção de afastar nosso pensamento de zonas dominadas pelo simplismo e pelas obviedades, marcas do estereótipo.

Se a experiência contradiz o estereótipo, uma das duas coisas acontece. Se o homem não é mais maleável, ou se algum interesse poderoso torna altamente inconveniente reorganizar seus estereótipos, ele despreza a contradição como uma exceção que prova a regra, desacredita a testemunha, encontra uma falha em algum lugar, e trata de esquecer-lo. Mas se for curioso e aberto, a novidade é trazida para dentro do quadro, permitindo-se que o altere (LIPPMANN, 2008, p. 99).

O autor diz que o pensamento racional exige o desenvolvimento do hábito de reconhecer nossas opiniões, não como verdades absolutas no mundo, ao contrário disso, nossas opiniões são experiências apenas parciais da realidade, influenciadas pelos estereótipos que carregamos. É necessário nos treinarmos/educarmos criticamente para um pensamento mais racional. Logo, pensar também seria um modo mais tolerante e menos impulsivo de nos relacionarmos com as pessoas e as coisas:

Por enquanto os homens estão dispostos a admitir que há dois lados na “questão”, não acreditam que existam dois lados do que consideram seja um “fato”. E eles nunca acreditam nisso até que, após uma longa educação crítica, estão plenamente conscientes com sua apreensão social dos dados sociais é de segunda mão e subjetiva (LIPPMANN, 2008, p. 121).

Essa dinâmica de lidar com a realidade explica por que uma mesma estória, por exemplo, nunca é igual para todos os ouvintes. “Cada um entrará nela levemente em diferentes momentos, já que duas experiências não são exatamente iguais; cada pessoa a rerepresentará de seu próprio jeito, e a tratará com seus próprios sentimentos” (LIPPMANN, 2008, p. 158). Consequentemente, quanto maior e mais diversa for a audiência, e esta parece ser uma tendência da modernidade, maior será a variação nas respostas fornecidas pelos indivíduos, “pois à medida que a audiência torna-se maior, o número de palavras comuns diminui. Então os fatores comuns na estória tornam-se mais abstratos” (LIPPMANN, 2008, p. 159). Por outro lado, “as palavras não cristalizam sentimentos aleatoriamente. Elas precisam ser faladas por pessoas que estão estrategicamente posicionadas, e precisam ser expressas no momento oportuno” (LIPPMANN, 2008, p. 198).

O que entra em jogo, nesta dinâmica do intelecto, é o poder do símbolo, a importância da representação do que é abstrato. Conforme o estudioso, a oferta de símbolos é generosa, ao mesmo tempo que o significado do que pode ser imputado em nossa mente é elástico. Mesmo assim, um símbolo particular consegue se enraizar com certa facilidade em nossa mente. Seguindo sua explicação, o símbolo pode ser plantado em nossa mente através de quem nós reconhecemos como “peremptório”. Quando plantado de modo eficaz, “pode ser que mais tarde possamos chamar aquele que abana aquele símbolo a nós de peremptório. Mas no início os símbolos são feitos congênitos e importantes porque são apresentados a nós por pessoas congênitas e importantes” (LIPPMANN, 2008, p. 198).

Em meio a essa diversidade, como, então, ocorre a unificação das opiniões sentidas? A resposta do autor é a seguinte:

Dentro de limites que variam, a emoção é transferível tanto no que se refere ao estímulo como à resposta. Portanto, se num número de pessoas, possuindo várias tendências para responder, você pode encontrar um estímulo que despertará a mesma emoção em muitos deles, você pode substituí-la pelo estímulo original (LIPPMANN, 2008, p. 186).

O símbolo é entendido como um “mecanismo de solidariedade e de exploração”. O símbolo permite, por exemplo, “às pessoas trabalharem por um fim comum, mas somente porque os poucos [que] estão estrategicamente posicionados precisam escolher os objetivos concretos”. Aqui, referindo-se ao seu sentido de solidariedade. Por outro lado, o símbolo é também um instrumento de exploração, “através do qual uns poucos podem modificar muitos, impedir a crítica, e seduzir os homens a enfrentarem a agonia por objetos que eles não compreendem” (LIPPMANN, 2008, p. 209).

Nesse contexto, o autor ressalta o papel da imprensa como organizadora, mas também influenciadora das massas:

Este fato é obscurecido porque a massa é constantemente exposta à sugestão. Ela lê não as notícias, mas as notícias com a aura da sugestão sobre elas, indicando a linha de ação a ser tomada. Ela ouve relatórios, não objetivos como os fatos são, mas já estereotipados a certo padrão de comportamento. Assim o líder ostensivo frequentemente descobre que o líder real é um poderoso proprietário de jornal (LIPPMANN, 2008, p. 215).

Lippmann vê a relação entre os leitores e a imprensa como uma relação específica, sendo diferente das demais relações, a exemplo dos indivíduos com as instituições, ou de consumidores com uma empresa. Na sua visão, a imprensa não trabalha com a mesma lógica que um negócio. “Não é um negócio puro e simples, parcialmente porque o produto é regularmente vendido abaixo do custo, mas principalmente porque a comunidade utiliza uma medida ética para a imprensa e outra para o comércio e a manufatura” (LIPPMANN, 2008, p. 276). Embora do ponto de vista ético um jornal seja, muitas vezes, julgado como se fosse uma igreja ou uma escola, não se trata de um ou de outra. Por isso, qualquer comparação entre eles não avançará de modo coerente.

Um consultório médico oferece um serviço da mesma forma que, por exemplo, um escritório de advocacia. Nós pagamos por ele antes ou depois, mas existe de fato um atendimento. No serviço público, somos atendidos gratuitamente, mas sabemos que o atendimento só foi possível porque pagamos por ele anteriormente, por meio de impostos. No jornalismo, a dinâmica é outra. Do contrário, quando funciona seguindo a lógica pragmática de serviço pago a ser prestado, há então algum problema, pois não se trataria mais de jornalismo, o qual tem por ideal o interesse público.

Carregando o valor de liberdade, a imprensa “veio a ser considerada como um órgão de democracia direta, encarregada numa escala muito ampla, e dia a dia, com a função frequentemente atribuída de iniciativas, referendo e recordação” (LIPPMANN, 2008, p. 307-308). Entretanto, segundo o estudioso, a imprensa não deve ser encarada como uma substituta das instituições. Ela segue sendo uma outra entidade, um órgão que está em constante jogo entre os negócios, as instituições formais e o interesse público:

O problema é mais profundo do que a imprensa, e assim também o é o remédio. Ele fica na organização social baseada num sistema de análise e registro, e em todas as consequências daquele princípio; no abandono da teoria do cidadão todo-poderoso, na descentralização da decisão, na coordenação da decisão por registro comparável e análise. Se no centro administrativo há uma auditoria dinâmica, que torna o trabalho inteligível para os que o realizam, e aos que o supervisionam, quando os assuntos surgem não são meras colisões de cegos. Então, também, as notícias são reveladas para a imprensa por um sistema de inteligência que é também uma vigilância sobre a imprensa (LIPPMANN, 2008, p. 308).

Para Lippmann, em resumo, os problemas da imprensa são, em grande parte, os mesmos problemas enfrentados por qualquer governo representativo. Ambos estão situados dentro de um problema maior, que pertence à sociedade: “a falha do povo autoadministrado em transcender sua experiência casual e seu preconceito, inventando, criando e organizando a maquinaria do conhecimento” (LIPPMANN, 2008, p. 309). Ou seja, trata-se, em última instância, segundo ele, de um problema que pertence à falta de ordem do conhecimento social, gerador de preconceitos, curiosidades triviais e, por fim, da apatia social.

Como solução para tal problema, Lippmann propõe buscarmos, enquanto sociedade, o desenvolvimento do pensamento crítico: a razão. Essa só seria alcançada, em sua visão, por meio da educação, ou melhor, da reeducação.

Reeducação deste tipo ajudará a trazer nossas opiniões públicas em rede com o ambiente. Esta e a maneira através da qual o enorme aparato de censura, estereotipia e dramatização pode ser liquidado. Onde não há dificuldade em saber qual é o ambiente relevante, o crítico, o professor, o físico, podem revelar a mente. Mas onde o ambiente é tão obscuro ao analista como a seu aluno, nenhuma técnica analítica é suficiente. O trabalho de inteligência é necessário (LIPPMANN, 2008, p. 341).

Lippmann dissecou os modelos operacionais possíveis de serem utilizados, por professores, para tornar os estudantes mais conscientes dos fatos sociais. Ele sugere algumas estratégias de checagem de fatos que podem ser adotadas pelos educadores e repassadas aos estudantes. Nesse sentido, o autor, que escreve em 1922, não deixa de estar muito próximo de estratégias básicas usadas ainda hoje por jornalistas no combate às *fake news*, ou por pedagogos, no que se convencionou chamar de alfabetização midiática (ver DAROS, 2022).

Até que tenha tal modelo, o professor não pode esperar preparar os homens plenamente para o mundo que encontrarão. O que ele pode fazer é prepará-los para enfrentar aquele mundo com muito mais sofisticação em suas próprias mentes. Ele pode, pelo uso do método de caso, ensinar ao aluno o hábito de examinar as fontes de sua informação. **Ele pode ensiná-lo, por exemplo, a procurar em seu jornal pelo lugar onde o despacho foi feito, pelo nome do correspondente, o nome da agência, a autoridade dada pela declaração, as circunstâncias nas quais a declaração foi obtida** (LIPPMANN, 2008, p. 341-342, grifo nosso).

O pensamento crítico, que é também a valorização do conhecimento científico, é tratado por Lippmann como caminho para nos tornarmos mais “conscientes de nossa própria subjetividade”, descobrir “o gosto de um método objetivo que não está de outra forma lá” (LIPPMANN, 2008, p. 342). A elaboração de tal conhecimento é imprescindível para que, como coletivo, busquemos novas formas de participar das ações de criação, gestão e crítica, que orientam e movem a sociedade rumo ao futuro. O autor conclui que, pelo menos no dia a dia, ninguém age pensando “de que ele pode ter uma opinião pública em toda e qualquer questão pública, embora este fato seja frequentemente escondido enquanto uma pessoa pensa que não há questão pública porque ela não tem opinião pública” (LIPPMANN, 2008, p. 334).

3 Contribuições de Lippmann para os estudos de jornalismo

Walter Lippmann é considerado, por tantos estudiosos, a exemplo de James W. Carey, como figura fundamental para o desenvolvimento do campo de estudos de mídia, nos Estados Unidos. A obra que expusemos acima é considerada, por esses, a grande contribuição teórica daquele período, para a formação das primeiras escolas de jornalismo no país:

Opinião pública de Walter Lippmann (1922) é, creio eu, o livro fundador nos estudos norte-americanos de mídia. Não foi o primeiro livro escrito sobre a mídia de massa na América, mas foi o primeiro trabalho sério a ser filosófico e analítico no confronto com a mídia de massa. O título do livro pode ser *Opinião pública*, mas seu tema e ator central são os meios de comunicação, particularmente os meios de comunicação. O livro fundou ou pelo menos esclareceu uma tradição contínua de pesquisa. Finalmente, o livro de modo autoconsciente reafirmou a problemática central no estudo dos meios de comunicação de massa (CAREY, 2012, p. 23).

Ao mesmo tempo, a obra de Lippmann também serviu de fonte para as teorias que se desenvolveram na linha dos estudos de jornalismo. A hipótese do *agenda-setting* (ver HOHLFELDT, 1997) e a teoria do *gatekeeping* são casos primeiros. Suas ideias colaboraram para o entendimento de que a mídia é “resultado de uma série completa de seleções sobre que itens e em que posição devem ser publicados, quanto espaço cada estória deve ocupar, que ênfase deve ter. Não há padrões objetivos aqui. Existem convenções” (LIPPMANN, 2008, p. 301).

Responsável por formular a hipótese do *agenda-setting* nos anos 1970, Maxwell McCombs narra como a obra de Lippmann influenciou o seu trabalho:

As notícias advindas da mídia tornam-se de grande interesse para o público. As origens da teoria remontam a Walter Lippmann no seu livro *Opinião pública*, de 1922. Lippmann começa seu clássico livro com o estudo intitulado “O mundo lá fora e as imagens em nossas cabeças”. Sua tese é a de que a mídia é a ponte até nossas mentes em termos de informação. Porém, os anos mais recentes têm se transformado em algo diferente daquilo que ele descreveu. Em 1968, Shaw e eu resolvemos testar aquilo que Lippmann tinha escrito. Os estudos mais remotos avaliavam a influência da mídia nas atitudes e na opinião pública. Mas, na maioria das vezes, encontrava pouca influência das notícias. Então, decidi que investigaria, ao invés disso, efeitos cognitivos (MCCOMBS, 2008, p. 205-206).

Outra contribuição deixada por Lippmann se refere às reflexões que tratam das rotinas e dos processos de construção das notícias. Lippmann já em 1922 concluiu que, embora até pareça uma hipótese fértil, as notícias e a verdade não são a mesma coisa — estão longe disso e precisam ser diferenciadas:

A função das notícias é sinalizar um evento, a função da verdade é trazer luz aos fatos escondidos, pô-los em relação um com o outro e fazer uma imagem da realidade com base na qual os homens podem atuar. Somente naqueles pontos, onde as condições sociais tomam uma forma reconhecível e mensurável, o corpo da verdade e o noticioso coincidem. Aquela é comparativamente uma pequena parte de todo o campo de interesse humano. Neste setor, e somente neste setor, os testes das notícias são suficientemente exatos para fazer as cargas de perversão ou supressão mais do que um julgamento partidário (LIPPMANN, 2008, p. 304).

No cenário jornalístico brasileiro, a apropriação do trabalho de Lippmann, ocorreu de modo distinto. Por aqui, não parece ter servido para fundar o campo acadêmico, assim como não contribui diretamente para a criação de uma tendência teórico-reflexiva específica, como ocorreu nos Estados Unidos. Mas isso não significa que sua obra não foi matéria importante de estudo dos acadêmicos da área. Basta checarmos o célebre livro *Espírito do jornalismo*, de Danton Jobim, lançado em 1960. Nele, o autor brasileiro está em diálogo, pontualmente, com o ensaio do norte-americano, o qual é descrito como “lúcido e brilhante”:

Os leitores de um jornal só podem ser capitalizados sob a forma de circulação que é a mercadoria que o jornal vende, para sustentar-se, aos industriais e aos comerciantes. É este o axioma: – Mais leitores, mais anunciante; mais anunciantes, mais independência face à pressão dos anunciantes (JOBIM, 1992, p. 57).

Na mesma época, observa-se também a presença de Lippmann no trabalho de Juarez Bahia, em *Jornal, história e técnica* (1964):

A opinião pública – e ainda mesmo que o público, somente – se orienta, muitas vezes decide e sempre raciocina, não pelas coisas em si mesmas, mas evidentemente pela feição que lhes damos, pelas imagens que os veículos da comunicação em massa lhes atribuem (BAHIA, 1964, p. 70-71).

Lippmann seguiu, nas décadas seguintes, como matéria de reflexão dentro dos estudos jornalísticos. É o caso, por exemplo, de Carlos Eduardo Lins da Silva, autor de *O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro*:

Walter Lippmann, um dos mais importantes jornalistas da história nos EUA, escreveu em 1931: “A imprensa de qualquer nação vai naturalmente passar por estágios de desenvolvimento. Primeiro estágio: monopólio do governo.

Segundo: controle dos partidos políticos. Terceiro: a imprensa obtém o apoio comercialmente lucrativo de um grande corpo de leitores. Quarto: os jornais institucionalizam o uso de pessoal treinado para a busca consciente do fato objetivo de tal forma que eles se tornam livres até mesmo das mudanças de gosto e dos preconceitos do próprio público”. Dentro de sua “história natural” do jornalismo, Lippmann enxergava nesse último estágio os jornais como organizações sofisticadas, orientadas para a produção de informações e sua divulgação em escala de massa, alta dose de divisão social do trabalho e do profissionalismo (SILVA, 1991, p. 137).

A referência tomada por Lins da Silva, aqui, foi o artigo *Two revolutions in the American press*, publicado na *The Yale Review*, em 1931, no qual Lippmann avança em parte nas discussões iniciadas em 1922.

Na década seguinte, sua obra ganhou novos impulsos entre os estudiosos brasileiros. O fato primeiro se deve à tradução de *Public opinion* para o português, feita por Jacques Wainberg, em 2008. No mesmo ano, outros textos do norte-americano foram reunidos na coletânea organizada por Christa Berger e Beatriz Marocco, o que também ajudou na contínua difusão das ideias de Lippmann no cenário brasileiro.

Considerações finais

Nosso trabalho de revisão da literatura se desenvolveu em três eixos: 1º Walter Lippmann como jornalista e seu legado para as práticas profissionais, a exemplo do ideal de objetividade; 2º como intelectual liberal engajado, na reflexão crítica da dinâmica democrática, opondo-se aos regimes totalitários, como visto no livro *Opinião pública*; 3º como pioneiro dos estudos de imprensa, também como visto em *Opinião pública*.

Sobre esse terceiro eixo, que chama atenção para o reconhecimento de um papel específico ocupado pela imprensa na sociedade moderna, observamos duas grandes consequências que dialogam, mas que não são iguais: 1º a obra de Lippmann serviu à institucionalização da área acadêmica de estudos de comunicação e de jornalismo, nos Estados Unidos, na primeira metade do século XX; 2º a matéria contribuiu para as teorias do jornalismo, inspirando estudos na segunda metade do século XX, a saber: *gatekeeping*, surgido na década de 1950; *agenda-setting*, após os anos 1970; e reflexões diversas, sobretudo, as relacionadas ao processo de produção das notícias, a partir dos anos 1980.

Referências

- BADÍA, Luís; CLUA, Anna. Utopias frágeis: imprensa livre e democracia, segundo Walter Lippmann. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (org.). *A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa*. Vol. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008.
- BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1964.
- BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (org.). *A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa*. Vol. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008.
- CAREY, James W. The mass media and critical theory: an American view. In: BURGOON, Michael. *Communication yearbook 6*. Nova York: Routledge, 2012.
- DAROS, Otávio. *Marxismo cultural e estudos de mídia: trajetória e análise da obra de Douglas Kellner*. Curitiba: Editora UFPR, 2022.
- JOBIM, Danton. *Espírito do jornalismo*. São Paulo: Edusp: Com-Arte, 1992.
- LIPPMANN, Walter. *Opinião pública*. Tradução: Jacques A. Wainberg. Petrópolis: Vozes, 2008.
- HOHLFELDT, Antonio. Os estudos sobre a hipótese de agendamento. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 4, n. 7, p. 42-51, nov. 1997.
- MCCOMBS, Maxwell. Um Panorama da Teoria do Agendamento, 35 anos depois de sua formulação. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. São Paulo, v. 31, n. 2, p. 205-221, jul./dez. 2008.
- SCHUDSON, Michael. *Discovering the news: a social history of American newspapers*. Nova York: Basic Books, 1978.
- SCHUDSON, Michael. The “Lippmann-Dewey Debate” and the invention of Walter Lippmann as an Anti-Democrat 1985–1996. *International Journal of Communication*. Pensilvânia, v. 2, 2008.
- SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. São Paulo: Summus, 1991.